

EDUCAÇÃO PARA A LIBERTAÇÃO: A FORMAÇÃO POLÍTICA COMO INSTRUMENTO DE EMANCIPAÇÃO CIDADÃ

J. L. D. Serafim¹; E. A. Matos² e C. M. O. Júnior³

E-mail: jailmaserafim@gmail.com; efraimmat@gmail.com² e carlos_magno_@hotmail.com³

RESUMO

A compreensão do mundo é um aspecto que cada vez mais tem se revelado como um instrumento de emancipação e autonomia para o cidadão que deseja estar no mundo como sujeito. Paralelo a isto, a sociedade brasileira vive um processo de transição histórica, social e política, onde emerge a necessidade de cidadãos críticos, reflexivos e aptos a atuarem no mundo como sujeitos transformadores. Dessa forma, este trabalho apresenta a proposta da “formação política” com estudantes do ensino médio como instrumento de ferramenta pedagógica para o estímulo à reflexão, criticidade e responsabilidade cidadã perante o mundo. Isso porque a educação traz consigo a inerência política e

possui papel fundamental na formação de um povo apto a trabalhar na construção de uma sociedade justa, igualitária e sustentavelmente desenvolvida. Assim, a partir de técnicas cerzitantes de leitura sobre o ato de educar e a conjuntura sócio-educacional brasileira, apresentam-se elementos que justificam a intencionalidade do desenvolvimento do processo educacional que visem o envolvimento dialético do educador e educando como sujeitos que fazem história, conscientes da importância da sua participação social e política, dimensões que determinam a emancipação e autonomia cidadã.

PALAVRAS-CHAVE: consciência cidadã, emancipação cidadã, ferramenta pedagógica, e formação política.

EDUCATION FOR FREEDOM: POLITICAL TRAINING AS A TOOL OF CITIZEN EMPOWERMENT

ABSTRACT

The understanding of the world is an aspect that has increasingly been shown to be an instrument of emancipation and autonomy for citizens who want to be in the world as subjects. Parallel to this, the Brazilian society is undergoing a process of historical, social and political transition, where emerges the need for critical and reflective citizens, able to act in the world as transformers subjects. Thus, this paper presents the proposal of "political education" with high school students as a pedagogical tool for stimulating reflection, criticality and civic responsibility facing the world. Since education brings the political inherently and has a

primary role in the formation of people able to work in building a society that is just, egalitarian and sustainably developed. Through systematic reading techniques about the act of teaching and the socio-economic situation of Brazilian education, we present evidences justifying the intention of developing the educational process aimed at the dialectical involvement of the educator and the pupil as individuals who make history, conscious of the importance of their participation in social and political dimensions that determine citizen empowerment and autonomy.

KEYWORDS: petroleum, environmental risks, drilling rig, the risk maps.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente educação e política eram-se impensável pronunciá-la juntas, haja vista a educação no Brasil não ser trabalhada dentro de um projeto social libertador, inerente aos fundamentos da educação, não à toa, desde o Brasil Colônia, conforme (ROMANELLI, 1993), o acesso à educação foi restrito a uma determinada camada social de maior poder e a uma considerada elite racial: os brancos. Ainda segundo a mesma, dentre os cinco séculos de existência do nosso país, quase quatro foram marcados pela escravidão, motivo pelo qual várias consequências permeiam os dias atuais, como nação, que está entre os campeões em desigualdade social, e coube à camada que fica à margem, aos grupos discriminados, e aos desfavorecidos economicamente, à exclusão educacional e conseqüentemente emancipação cidadã.

A compreensão do mundo é um aspecto que se revela cada vez mais como instrumento de emancipação de um povo que durante muito tempo foi condicionado à margem da participação social, paralelo à inerência de um sistema social de classes, onde sociologicamente a classe é definida por grupos que apresentam um status social similar, que partilham de recursos econômicos comuns, responsáveis por influenciar seu modo de vida, tal que, a riqueza e a ocupação profissional constituem as principais das diferenças entre classes.

Nessa perspectiva, a educação se dá como proposta de uma situação política-estratégica, onde as instituições de ensino devem cumprir com a função de proporcionar uma formação cidadã, política e, por conseguinte, contribuir para o surgimento de novas lideranças políticas, com visão ampla, autêntica, e crítica sobre a realidade do país em âmbito regional e nacional. Para tanto, a participação social e a formação política, são dois aspectos fundamentais para compreender a sociedade e se perceber no mundo como um agente constituidor e transformador. Despertar tal consciência é trabalhar sob a ótica de compromisso profundo entre o educador e educando que assumem o papel social de libertar-se e libertar por meio do processo permanente de reflexão no plano concreto que está inserido. Segundo Freire (1981), “a primeira condição para que um ser possa assumir um ato de está comprometido em ser capaz de agir é refletir.”.

Desde os anos de 1985, com o fim da ditadura militar, a discussão a respeito da “cidadania” vem assumindo dimensão considerável, desde o âmbito social com os movimentos sociais, ao campo educacional em virtude dos processos sócio-históricos, políticos e econômicos, que documentam nossa história. Todavia, os indicadores da educação e métodos de exames como ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) que propõe a análise do educando como sujeito pensante, têm tido resultados que motivam questionamentos e discussões sobre a formação que as instituições de ensino estão promovendo. Esse fato se deve a um conjunto de fatores, porém o objeto de pesquisa deste trabalho é analisar a dimensão crítica da formação cidadã, que também influencia nesse trabalho.

Partindo desses pressupostos, apresenta-se uma proposta de um projeto, que tem como objetivo apresentar a “formação política” como um instrumento de ferramenta pedagógica para os estudantes do ensino médio. Visto que há algum tempo, suscita questionamento para

professores das mais diversas áreas, mostrar a utilidade prática e significativa para o conhecimento construído durante a educação formal. Porém, não tratando de pragmatizar e quantizar o conhecimento, mas (re)significá-lo tendo em vista a formação plena do educando, como ser que pensa, sente e toma decisões diariamente.

Sendo assim, a ferramenta de “formação política”, propõe-se apresentar aos professores do ensino médio da rede pública como instrumento metodológico para incentivar o aprofundamento de debates, a percepção dos alunos quanto à análise dos discursos, a reflexão crítica sobre a realidade brasileira regional e nacional, com base no conhecimento formal para interpretação do mundo e tomadas de decisões.

2 METODOLOGIA

Em um primeiro momento o projeto foi apresentado a uma escola da cidade de Açú/RN, solicitando disponibilidade da mesma para aplicação do projeto. Onde a princípio, (as)os responsáveis pelo projeto observaram as aulas dos professores(as) que se dispuserem a adotar a ferramenta pedagógica para sua prática docente.

Em um segundo momento o trabalho foi feito em comunhão com o educador, a fim de discutir como produzir planos de aulas, tendo em vista a formação política dos educandos, trazendo a tona temas de interesse social da região e colocando sempre o estudante diante de situações-problemas que exijam do educando um posicionamento crítico, reflexivo, e que trabalhem na construção da visão de um mundo mais justo, igualitário e sustentavelmente desenvolvido, além de por os mesmos, frente a tomadas de decisões.

Em terceiro momento, pretende-se que a equipe do projeto planeje uma atividade de ação que vá de encontro à comunidade da região, de forma que aspectos sobre a política, sociedade, questões agrícolas, agrárias, ambientais, tecnológicas, educacionais; sejam problematizadas perante a sociedade, apontado para uma ação cidadã e a constituição de um projeto social, onde a sociedade seja sujeito constituinte da história.

Almeja-se produzir uma diretriz, apontando a experiência da ferramenta metodológica na íntegra, mostrando seus possíveis pontos positivos e negativos, onde será encaminhada para Secretaria de Educação Regional, onde será proposto uma promoção de curso complementar a formação docente.

3 RESULTADO E DISCUSSÕES

A educação, mais do que questão do campo pedagógico, faz parte de um projeto político social, onde “nenhuma prática educativa deve se dar no ar, mas num contexto concreto, histórico, social, cultural, econômico e político, não necessariamente idêntico a outro contexto.” (FREIRE, 2006). Desta forma, é impossível pensar a educação como um fazer momentâneo, mas sim, pensá-la dentro de um todo integrado, ou seja, a educação necessariamente é um projeto político, sendo

assim, deve oportunizar o engajamento das pessoas em um processo de organização para construir constantemente uma sociedade justa e igualitária.

Esta intenção fundamental do caráter político da educação, por vezes ignorado, assim como na religião, comporta tanto um viés opressor, quanto libertador. Logo, os envolvidos nesse processo, tendo em vista a proposta para educação sob um viés libertador, requerem dos que fazem uma postura crítica, indispensável ao ato de educar dos que se dedicam, onde, segundo Freire (2006), o ato de educar deve proporcionar no ato de estudar aos educandos:

- a. Que assumam o papel de sujeito desse ato;
- b. Que o ato de estudar, no fundo, é uma atitude em frente ao mundo;
- c. Que o estudo de um tema específico exige do estudante que se ponha, tanto quanto possível, a par da bibliografia que se refere ao tema ou objeto de sua inquietude.
- d. Que o ato de estudar é assumir uma relação de diálogo com o autor do texto, cuja mediação se encontra nos temas de que ele trata. Esta relação dialógica implica na percepção do condicionamento histórico-sociológico e ideológico do autor, nem sempre o mesmo do leitor;
- e. Que o ato de estudar demanda humildade.

Desta forma, o ato de “educar” exige cada vez mais responsabilidade, seja pelas concepções e ideias ingênuas ou astutas, que mistificam a necessidade de profissionais da educação heróis e blindados a todas as incoerências, seja pela compreensão crítica que a educação em si propõe.

Todavia, o debate em torno da realidade da educação aponta inúmeros desafios e tendências, pois as instituições de ensino, em sua unanimidade, desde a educação infantil até as universidades, são carentes e têm se privado do seu caráter político nos seus projetos políticos-pedagógicos estratégicos, contraditoriamente aos objetivos da educação, não têm tido uma visão geral do tipo de cidadãos que querem formar, com quais objetivos para a sociedade, de acordo com que parâmetros morais e éticos e à medida que estas questões não são pautadas pelas instituições de ensino no seu fazer pedagógico, seguem formando profissionais qualificados destituídos de senso crítico, voltados a alimentar o sistema que anaboliza a apropriação de riquezas em detrimento de uma classe hegemônica, indiferentes à exclusão social, à exploração e a sustentabilidade do planeta, imposta pelo sistema neoliberal centrado no paradigma do mercado.

Desta forma, a educação assume um caráter polissêmico, limitada por uma cultura de ensino destituída de sentido, que reduz a educação a um ato mecânico de depositar conteúdos e os educandos deixam de serem sujeitos e passam a serem objetos, simples vasilhas, “seres passivos e dóceis, pois assim são vistos e assim são tratados, educandos devem ir recebendo aquela “transfusão” alienante da qual, por isto mesmo, não pode resultar nenhuma contribuição ao processo de transformação da realidade” (FREIRE, 2006).

Portanto, tendo em vista a concepção libertadora do ato de educar e a realidade do ensino que configura o cenário em que vivemos é necessário atentar para (re)significação da prática de

educar. Daí o surgimento de alguns métodos de apoio metodológico para demandar que o ato de educar possibilite uma ação cultural de ensino para a liberdade, e por via desta, seja responsável pela formação de cidadãos críticos, capazes de compreender o mundo, desenvolver uma maior consciência sobre as circunstâncias sociais, melhorar suas condições de vida e dos demais que estão inseridos, além de propiciar sua integridade, autoconhecimento e (in)completude, enquanto indivíduo e sujeito perante o mundo.

4 CONCLUSÕES

A partir da análise da discussão dos pressupostos da emancipação cidadã, paralelo ao processo sócio-histórico, econômico, político e, sobretudo, educacional, pode-se perceber que por intermédio da “formação política”, enquanto instrumento pedagógico, viabiliza a estruturação de práticas pedagógicas, que orientam a construção de uma formação integral, que dá condições aos envolvidos – educador e educando – a compreenderem-se dentro de um processo dinâmico permanente de formação crítica, nos espaços de reflexão e apropriação a respeito dos bens culturais da comunidade e da nação, assim como a historicidade, sua relevância social e sua interface na construção e transformação do presente e o futuro, desde o câmpus local a global.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, P. Política e Educação. São Paulo: Editora Cortaz, 2001.

FREIRE, P. Ação Cultural para a Liberdade. 11ª Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

FREIRE, P. Educação e Mudança. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1981.

PARMIGIANI, J. B. Participação social e formação política de jovens. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000092006000100022&script=sci_arttext> Último acesso: 02/07/2012.

ROMANELLI, O. História da educação do Brasil. 15. Ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

ALVES, R. Conversas com quem gosta de ensinar. Campinas: Cortez Editora, Autores Associados, 1980.